

4 Fronteiras e Nações

4.1. Os limites nacionais ou as fronteiras da expansão

Lançando a vista sobre os acontecimentos que constituem a história do Rio Grande do Sul, o observador sente-se logo impressionado por um fato singular e único.

Há mais de um século, as gerações ali se sucedem, nascendo e crescendo em feitos contínuos de guerra, retemperando o seu vigor e energia nas rudes provações dos campos de batalha.

Dir-se-ia que a essa população, cheia de inteligência, estremecida de patriotismo, a Providencia marcara a grande missão de ali ficar, de arma sempre ao ombro, postada na extremidade meridional do Império, guardando intemerata a honra da nação.

Estabelecidas ali, em frente uma á outra, as duas populações guerreiras, portuguesa e castelhana, o sentimento de rivalidade das nacionalidades, a imperiosa necessidade de delimitar-se definitivamente a posse territorial de cada uma delas, trouxe lutas contínuas, que influíram poderosamente nos hábitos e costumes dos habitantes dessas regiões.

MELLO, Francisco Marcondes Homem de. **Documentos relativos a historia da capitania, depois provincia, de S. Pedro do Rio Grande do Sul.** 1877.

Com essas palavras o então Barão Homem de Mello apresentava um conjunto de documentos que oferecia ao IHGB, recolhidos quando era presidente da província do Rio Grande do Sul. A motivação do letrado em fazê-lo já foi comentada, remete diretamente ao terceiro ponto das **Lembranças do que devem se remeter ao Instituto os Srs. Sócios Residentes nas Províncias**¹⁸⁶, pois dizia Homem de Mello:

'Para escrever a história, diz Chateaubriand, é preciso respirar a poeira dos arquivos, e ter diante dos olhos os papiros que tocou outrora a mão de Carlos Magno ou a de Clovis'. Só aí encontramos os elementos, que nos permitem recompor as feições dos tempos, que se foram¹⁸⁷.

Se o contato com o documento subvertia a distância entre observador e objeto, as *feições do tempo* que se revelavam por esse encontro deveriam elucidar diferentes dúvidas. Como foi a colonização da capitania (terá sido por casais e pela catequese?), quais produtos se plantam por lá, de quais recursos naturais a

¹⁸⁶ As **Lembranças** foram comentadas no primeiro capítulo. Tinham a seguinte recomendação como terceiro ponto: “3º Cópias autênticas de documentos interessantes à história do Brasil; e extratos de notícias compiladas das secretarias, arquivos e cartórios, tanto civis como eclesiásticos”.

¹⁸⁷ MELLO, Francisco Inácio Marcondes Homem de. **Documentos relativos à história da capitania depois provincia, de São Pedro do Rio Grande do Sul.** 40 (54): 193, 1877.

província dispõe, e, assim, Homem de Mello levava a crer que todas essas perguntas que fazia seriam contempladas pelos documentos oficiais. Se a história oferecia subsídios para se conhecer essa província, para se saber como proceder com ela e, nesse caso, um exemplo de colonização bem sucedida, oferecia também argumentos para o debate sobre os limites nacionais.

Antes, destaquemos dessa introdução não só o freqüente embate como, também, a causa dele: “a imperiosa necessidade de delimitar-se definitivamente a posse territorial de cada uma delas, trouxe lutas contínuas”. Poderia-se usar essa mesma sentença para comentar uma das faces da Revista diretamente ligada à atenção ao território nacional; nesse caso, porém, a imperiosa necessidade de delimitar definitivamente a posse territorial se valia de armas especiais: os documentos interessantes à história nacional que comprovam a presença portuguesa em territórios que pertenceriam ao seu legítimo herdeiro. Tais documentos, então, faziam parte da dinâmica diplomática da época, o que ocorria, pelo menos, desde o início do Segundo Reinado, o que já foi sugerido pelo **Memorial Orgânico**.

Na mesma medida, como argumenta Renato Amado Peixoto em sua tese **A Máscara da Medusa**, eleger certos pontos naturais como referências a serem difundidas em mapas, atlas ou ainda por corografias, era de igual importância para se disseminá-las, compondo uma geografia imaginativa pela qual os brasileiros poderiam falar e defender. Para que esse argumento fique claro, é válido lembrar a passagem de Taunay pelo rio Apa, quando o dirigente da campanha fez questão de parar para beber da água desse rio que lhe despertava “vagas reminiscências históricas”. Ou seja, o rio Apa era um ponto conhecido que contrastava com toda a região desconhecida que percorriam.

Em consonância com essas referências, é interessante indicar que, após a guerra, foram impressos na Revista dois artigos que partiam nessas duas direções: a constatação da urgência de se delimitar os limites nacionais; a disseminação desses limites por referências naturais e documentais.

O primeiro artigo¹⁸⁸ a ser comentado, composto por três textos nomeados **Limites do Brasil com o Paraguai**, era resultado direto da guerra. O primeiro deles, escrito por “um brasileiro”, era uma carta redigida como resposta às

¹⁸⁸ RIBEIRO, Duarte da Ponte, 1794-1878. **Limites do Brasil com o Paraguai**. 35 (45): 485-499, 1872.

acusações feitas, em jornais paraguaios, ao Barão de Cotegipe, de que ele havia se valido da vitória brasileira para impor novos limites. Segundo nota introdutória, a autoria da carta era do próprio Cotegipe, que não a assinou por achar inoportuno. O autor comentava diferentes tratados, cartas e diários de expedições formados ao longo do XVII para delimitar as fronteiras entre as colônias portuguesas e espanholas. A cada documento, certos rios eram eleitos como fronteira natural, fazendo um percurso em que, a cada nova negociação entre as coroas, as colônias espanholas avançavam sobre as possessões portuguesas. Assim, em 1783, um comissário espanhol, chamado D. Feliz de Azara, teria feito uma carta, sem a presença de uma comissão portuguesa, na qual a nova fronteira entre as colônias seria o rio Apa, contradizendo todos os acordos anteriores. Desde então, a Espanha, e depois o Paraguai, construíram fortins no Apa e, “pelo princípio do *uti possidetis*”¹⁸⁹, garantiam a posse do rio. Ou seja, o autor sugeria por diferentes documentos que o Império poderia reivindicar mais do que o fazia. Assim, embora o rio Apa tivesse sido incorporado sem a presença de uma comissão portuguesa, por respeitar o *uti possidetis*, o Brasil respeitou esse rio como fronteira e, além disso, abdicou da linha que partia do rio Iguerey, que diferentes cartas e negociações do XVII confirmariam como possessões brasileiras. Portanto, por referências naturais e documentais, o autor afirmava que o Brasil tinha sido moderado, jamais injusto como as acusações colocavam¹⁹⁰.

Os outros textos que compunham esse artigo percorriam os mesmos diários, cartas e mapas do século XVII que o texto anterior comentou. Somavam-se a tais documentos diferentes registros oriundos da guerra, pelos quais ficava claro que tanto o Brasil quanto o Paraguai, conheciam o rio Apa e outras referências necessárias à delimitação das fronteiras nacionais. Ou seja, se o Paraguai postergava as negociações não era por falta de documentos e conhecimento para finalizá-las. Corroboravam, assim, com a afirmação do primeiro texto de que as negociações feitas após a guerra eram justas e legítimas frente aos documentos que ambos os lados conheciam.

¹⁸⁹ RIBEIRO, Duarte da Ponte, 1794-1878. **Limites do Brasil com o Paraguai**. 35 (45): 492, 1872.

¹⁹⁰ *Ibid.* p. 493.

O outro artigo impresso na Revista, que aqui nos interessa, intitula-se **Apontamentos diplomáticos sobre os limites do Brasil**¹⁹¹ de Ernesto Ferreira França Filho. Esse artigo, impresso em 1870, foi escrito, segundo a data em seu fim, em 1849. Embora exista uma distância cronológica entre esse artigo e o anterior, além de terem sido impressos na Revista, eles se assemelham de diferentes modos.

Ernesto Ferreira França Filho iniciava seus **Apontamentos** pelo momento em que Portugal, pelo direito da conquista, tomava posse da Terra de Santa Cruz. A narrativa segue passando pelas diferentes tentativas de invasão. Assim comentava: “A guerra dos holandeses é um dos maiores padrões da glória brasileira”¹⁹². Por tais palavras o autor exaltava o “patriotismo dos brasileiros”¹⁹³ que “por ser colônia, não podia gozar plenamente dos seus próprios recursos”¹⁹⁴. Se não faltava patriotismo aos brasileiros, os portugueses, que eram metrópole, pouco defenderam a extensão desse território, o que foi constante após 1808 e mesmo após independência. Porém, “uma nova era começou com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e os numerosos trabalhos de seus sábios membros formam já um precioso tesouro”¹⁹⁵. Nesse sentido, se colocando a serviço dessa nova era, que em seu texto era quase uma continuidade dos heróis que expulsaram os holandeses, Ernesto Ferreira França Filho se dedicava a um assunto: a fixação dos limites por referências sem ambigüidades. Seu artigo, então, se divide em três partes.

A primeira e a segunda partes dedicadas às fronteiras com as Guianas e com a República da Cisplatina, respectivamente, operam com o mesmo tipo de procedimento comentado na carta de Ponte Ribeiro. As fronteiras com as Guianas francesa e inglesa, salvo alguns momentos, são definidas por alguns tratados do século XVII que ainda tinham validade. Tais limites, portanto, eram claros. Os limites ao sul do Império, no entanto, não eram definidos tão prontamente.

Partindo da descoberta do rio Prata pelos portugueses, Ernesto Ferreira França Filho percorria cada tratado ou mapa assinado entre as metrópoles por um

¹⁹¹ FRANÇA FILHO, Ernesto Ferreira, 1828-1888. **Apontamentos diplomáticos sobre os limites do Brasil**. 33 (41): 213-236, 1870.

¹⁹² FRANÇA FILHO, Ernesto Ferreira, 1828-1888. **Apontamentos diplomáticos sobre os limites do Brasil**. 33 (41): 214, 1870.

¹⁹³ Ibid., p.214.

¹⁹⁴ Ibid., p.214.

¹⁹⁵ Ibid., p.216.

período que ia de 1680 até 1808. Assim dizia: “Deve-se notar que os intervalos de paz entre os povos limítrofes eram sempre muito curtos e os tratados entre as duas potências mal executados nestas paragens”¹⁹⁶. A tensão na fronteira sul permanecia. A guerra da separação, segundo esse autor, promovida por Buenos Aires, resultou em um novo Estado independente, cujos limites com o Império ainda não haviam sido definidos. Embora dedique atenção a esse segundo ponto (que não se resolve), é apenas na terceira parte que o autor de fato propunha medidas.

Constatando que “com as repúblicas de língua espanhola bem longe estamos de possuir alguma linha divisória traçada perfeitamente”¹⁹⁷, França Filho apresenta sugestões para assegurar as posses brasileiras, visto que, sem documentos ou mapas anteriores, só pela ocupação poderia o Império argumentar por limites, se valendo do *uti possidetis*. Assim, propunha: “Uma cinta de postos, presídios, fortificações, colônias militares e outros estabelecimentos apropriados deve cercar o Império em toda a vasta extensão de suas fronteiras”¹⁹⁸. Esse argumento reafirma que delimitar as fronteiras, seja por uma revisão documental que comprove a posse de certos pontos seja pela ocupação, pouco difere do compromisso de defendê-las. Especialmente porque o princípio do *uti possidetis* tinha prioridade frente um argumento diplomático baseado em documentos; ocupar o território era o único meio seguro de delimitar fronteiras ainda não ocupadas. A necessidade de colonizar tais pontos estratégicos, então, era um desdobramento direto da consciência que, se tal colonização não fosse empreendida, a segurança do território estava comprometida. O território do Império, portanto, era como uma história em aberto na qual, independente da fé no futuro da Nação, poder-se-ia experimentar diferentes percalços.

Nesse sentido, é interessante reafirmar que, independentemente da distância cronológica, tanto os **Limites do Brasil com o Paraguai** quanto os **Apontamentos diplomáticos sobre os limites do Brasil** caminham por duas direções: a necessidade de delimitar as fronteiras e defendê-las e a disseminação de referências para que essas fronteiras sejam conhecidas e administráveis. Tais direções eram comuns a outros artigos impressos na Revista, que não tratavam

¹⁹⁶ Ibid., p.227.

¹⁹⁷ FRANÇA FILHO, Ernesto Ferreira, 1828-1888. **Apontamentos diplomáticos sobre os limites do Brasil**. 33 (41): 231, 1870.

¹⁹⁸ Ibid., p. 233.

diretamente dos limites nacionais. O já comentado **Relatório** de Visconde de Taunay, nesse sentido, ora divulga rios, montanhas ou quaisquer referências que pudessem ser disseminadas, ora comenta os meios de se colonizar tais pontos interiores. O mesmo poderia ser comentado em outros artigos da Revista. Isso porque os sócios do IHGB de longa data tinham consciência de que certas fronteiras seriam de difícil definição e defesa, o que se desdobrava em um debate sobre os meios de ocupar tais pontos. Não por acaso, as palavras usualmente usadas, como vem sendo dito, eram colonizar o interior ou o sertão, o que deixa implícito pelo menos dois papéis. Se o colonizador era o centro que conhecia as potencialidades destes locais e lhes faria progredir, o que era uma premissa, restava saber quem seriam os colonos e, ainda, o que fazer com aqueles ora bons ora maus habitantes que por lá viviam.

4. 2.

Fronteiras internas ou os caminhos da civilização

Se ainda é necessário lembrar, o artigo pelo qual iremos sintetizar algumas questões presentes no debate etnográfico do IHGB, fora as que vêm sendo sugeridas, é o **Ensaio de Antropologia**¹⁹⁹ de Couto de Magalhães, tanto pela notoriedade do autor como sócio do IHGB, quanto pelo fato de o artigo poder ser lido como amostra de uma investigação propriamente arqueológica²⁰⁰ (particular aos anos que se deram após a guerra) e como continuidade de um debate que parte da experiência do encontro. Afinal, desde o primeiro capítulo, Couto de Magalhães delimita o “laboratório e museu em que temos por ora de estudar as raças selvagens”²⁰¹ cujo nome era o mesmo deste capítulo: *o Grande Sertão Interior*. Desde o princípio de seu **Ensaio** anunciava que, pelo *sertão* ser *museu e laboratório*, seu argumento transitaria, no mínimo, entre duas direções.

O *sertão* como *laboratório* era o local onde viveu o encontro com o *selvagem*, donde tira conclusões sobre seus *hábitos*, sobre suas *idéias morais e religiosas*. O *sertão* como *museu de história natural* lhe oferecia, ou negava, os vestígios para definir a idade do *homem americano* e seu *grau de civilização*. Em ambas as operações, o *sertão* está à espera de um letrado que o revele²⁰². Uma revelação que se daria no trânsito entre o contato direto e a investigação do vestígio, que só foram possíveis, porque esse letrado estaria *lá*.

Nesse sentido, não por acaso, Couto de Magalhães iniciava seu **Ensaio** pelos *roteiros* de suas viagens da bacia do Prata a do Amazonas, dando contorno a este *laboratório e museu* por sua extensão (em léguas) e pelas qualidades de sua

¹⁹⁹ MAGALHÃES, José Vieira Couto de. **Ensaio de antropologia: região e raças selvagens**. 36 (47): 359-516, 1873.

²⁰⁰ C.f.; FERREIRA, Lúcio M. **Vestígios de Civilização: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Construção da Arqueologia Imperial (1838-1870)**. Revista de História Regional, Ponta Grossa, v. 4, p. 9-36, 1999; FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de Mendonça. Ciências geológicas no Brasil no século XIX. In: FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de Mendonça (Org). **Um Olhar sobre o passado: história das ciências na América Latina**. São Paulo: Imprensa Oficial 2000.

²⁰¹ MAGALHÃES, José Vieira Couto de. **Ensaio de antropologia: região e raças selvagens**. 36 (47): 359, 1873.

²⁰² No quinto capítulo de **A escrita de História**, De Certeau comenta a etnografia pela referência singular de Jean de Lery. Importa aqui retomar seu argumento onde a etnografia supõe, desde seu nome, duas coisas distintas: aquilo de que se fala (etno), aquilo que a revela (grafia). A escrita, além de índice e afirmação de uma cultura enquanto civilizada, contrasta com a voz do Outro que não tem a potência de sobreviver ao tempo. A voz do *selvagem*, desse ponto de vista etnográfico, se perde caso ninguém a grafie.

fauna e flora. De seus *roteiros de viagem*, que comprovavam sua autoridade como testemunha direta, este letrado se dirigia especialmente às bacias do Prata e do Amazonas. A *região selvagem* ganhava forma por um jogo de comparações onde as bacias eram aproximadas. Assim dizia: “A região equivalente aos pantanais do Prata é, no Amazonas, a dos seringais ou florestas alagadas, em que predomina a árvore de goma elástica”²⁰³. Embora não escondesse as singularidades, sugeria a existência de um clima próximo a tais pontos de referência, delimitando uma região que muito se aproximava do território do Império, donde podemos adiantar que, se este era o seu *museu e laboratório*, seu **Ensaio** se deteria especialmente nos selvagens com os quais o Império tinha de lidar²⁰⁴.

Há de se destacar, também, que seus *roteiros* não passavam por qualquer local. Assim, o rio Apa aparece da mesma forma que as cidades de Assunção e Humaitá são as referências que o autor toma para localizar os *mestiços* que habitavam o Paraguai. Ou seja, Couto de Magalhães reafirmava uma *geografia imaginativa* citando locais que seu leitor, embora não tivesse estado lá, devia conhecer por algum relato, roteiro ou atlas, tornando sua exposição legível.

Apesar de todo o cuidado em expor seus *roteiros de viagens* e a fauna e a flora das bacias do Prata e do Amazonas, ao entrar no segundo capítulo, intitulado *O Homem Americano*, e que consistia no assunto central dessa *memória* (o autor nomeia esse artigo ora de *ensaio*, ora de *memória*), Couto de Magalhães apresentava “hipóteses sobre a criação do homem” que partiam de um conhecimento geológico independente de sua experiência pela região. Assim afirmava:

Como o tronco negro é o que melhor suporta o calor; como a marcha do planeta que habitamos tem sido do calor para o frio, e, como todos os fenômenos vitais se ligam à marcha da temperatura, o tronco negro foi o primeiro criado (...) Julgo também que, na ordem do desaparecimento, a natureza há de proceder pela mesma forma – o tronco preto há de desaparecer antes do amarelo, e assim sucessivamente até o branco²⁰⁵.

Este movimento da criação ao desaparecimento, condicionado pela influência do clima sobre o homem, aponta para diferentes referências. A

²⁰³ MAGALHÃES, José Vieira Couto de. **Ensaio de antropologia: região e raças selvagens**. 36 (47): 384, 1873.

²⁰⁴ MOTA, L. T. **O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e as propostas de integração das comunidades indígenas no estado nacional**. Diálogos Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá, Maringá, v. 2, n. 2, 1998. p. 149-175.

²⁰⁵ MAGALHÃES, José Vieira Couto de. **Ensaio de antropologia: região e raças selvagens**. 36 (47): 391, 1873.

influência do clima sobre o homem era argumento amplamente difundido entre os letrados brasileiros, ganhando, nesse momento, um tratamento distinto. O clima aqui não era mais pensado pelo relato do viajante interessado na cor local²⁰⁶, pela qual a Nação era pintada, mas por um conhecimento geológico independente de limites nacionais ou regionais. Assim, ao falar sobre os *troncos humanos*, Couto de Magalhães suprimia, nesse momento de seu argumento, a possibilidade de se falar de um *selvagem* nacional.

De forma semelhante, embora o argumento da *degeneração* das *raças* fosse comum aos sócios do IHGB²⁰⁷, Couto de Magalhães parecia se aproximar da “questão da origem das espécies, que tanto tem preocupado os naturalistas depois da celebre obra de Darwin”²⁰⁸, pois seu argumento envolve todos os *troncos humanos*, se distanciando da *degeneração* que se dava, no argumento de Martius e Varnhagen²⁰⁹ (e em Buffon²¹⁰, forte referência de Varnhagen e do colonialismo), em apenas uma *raça*. Também é válido aqui indicar as referências de Cuvier, pela qual o conceito de *raça* passou a ter uso tão escorregadio ao longo do século XIX.

De duas formas, Cuvier tem grande responsabilidade para a confusão oitocentista sobre o significado da palavra *raça*. Primeiro porque nublou a distinção entre a idéia anterior de *raça* e o conceito de *variação*. Segundo, porque seu uso do conceito de tipo tornou mais fácil para seus sucessores discutir diferenças naturais sem ter que lidar com questões sobre quando essas diferenças são do nível do *genus*, *espécie* ou *variação*²¹¹.

Se antes de Cuvier *raça* remetia diretamente a uma linhagem e origem, após, esse conceito passou a compreender o que antes era dito por um conjunto diferente de palavras. Em certa medida, como comenta Banton, as teorias raciais

²⁰⁶ SUSSEKIND, Flora. **O Brasil não e longe daqui: o narrador, a viagem**. São Paulo: Cia. da Letras, 1990.

²⁰⁷ É interessante destacar que em consonância com o argumento da *degeneração* da *raça* desenvolvido por Maritus, Tristão de Alencar Araripe comentava **Cidades petrificadas e inscrições lapidares no Brasil** (ARARIPE, Tristão de Alencar. **Cidades petrificadas e inscrições lapidares no Brasil**. 50 (74): 231-294, 1887) nas quais tinha encontrado escritos comprobatórios de que os índios bravos, que os portugueses encontraram no momento do descobrimento e com os quais se lidava desde então, são resultado da *degeneração* de uma população, no caso de Araripe pode-se dizer sem muito receio, mais adiantado do que aqueles que erravam pelos *sertões*.

²⁰⁸ P. 386.

²⁰⁹ FERREIRA, L. M. ; NOELLI, F. . **A Persistência da Teoria da Degeneração e do Colonialismo nos Fundamentos da Arqueologia Brasileira**. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 14, p. 1239-1264, 2007.

²¹⁰ Sobre Buffon ver BANTON, Michael. **Racial theories**. 2.v. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1998 e DUCHET, Michele. **Anthropologie et histoire au siècle des Lumières**. Paris : Albin Michael, 1995 e VENTURA, Roberto. **Estilo tropical: historia cultural e polemicas literárias no Brasil 1870-1914**.

²¹¹ BANTON, Michael. **Racial theories**. 2.v. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1998, P. 48.

do oitocentos faziam um uso múltiplo da palavra *raça*, que na maior parte dos casos remetia a um tipo, sem, no entanto, precisar as distinções entre *raça*, *variação* e *espécie*. No caso de Couto de Magalhães, até o momento, já foi comentado tanto a existência de *troncos humanos* (que, nesse caso, é uma classificação que parte da origem tanto espacial quanto temporal, pois primeiro teria nascido o *tronco negro* em clima mais quente e etc.) quanto, desde o título, de *raças selvagens*, que, estando no plural, sugere que não se trata da definição de um coletivo como o *tronco americano*, mas de um conceito que trata de algo que pode ser singularizado.

Importa comentar também que, na medida em que Couto de Magalhães supõe que todos os *troncos* desapareceriam e, se este movimento da criação ao desaparecimento era o movimento da *evolução*, a linha temporal em direção ao futuro e de superação do presente, que este movimento sugere, é permeada por diferentes camadas compostas pelos *troncos humanos* que estão, cada qual, em uma idade e situação particular. A *evolução*, então, é o enredo que envolve a *espécie* em direção à superação do presente, sem, no entanto, poupar cada *tronco* de seu desaparecimento. Dessa forma, a idéia de futuro produzida por esse argumento orienta aqueles que têm os meios de alcançá-la, na medida em que assinala qual *tronco* irá desaparecer primeiro, por um movimento que se dá independentemente da vontade do homem. Chama a atenção, nesse enredo, a posição ocupada pelo *tronco negro*, o primeiro a ser criado e, por isso, o primeiro a desaparecer. É sintomático que, a partir daí, Couto de Magalhães não comente mais esse *tronco*. É de igual importância destacar o uso da palavra *espécie* para comentar um destino comum a todos os homens, o que nos sugere que *espécie* e *raça* tratem de coisas diferentes. Faltaria, ainda, definir a idade de criação do *tronco americano* e de seu conseqüente desaparecimento. Para tal, a referência que Couto de Magalhães cita é Charles Lyell²¹².

Segundo o testemunho de Lyell, os vestígios humanos mais antigos que se hão encontrado na América indicam a presença do homem no princípio da época quaternária. Esses vestígios por certo os mais antigos; estes devem ser encontrados nas regiões mais altas, as quais até hoje estão inexploradas.

²¹² Especialmente o quarto capítulo de **Time's arrow, time's cycle: myth and metaphor in the discovery of geological time**, escrito por Stephen Gould, focaliza a idéia de tempo particular a produção de Charles Lyell sendo definida como um tempo cíclico pela possibilidade do retorno de condições anteriores. Há de se destacar que Couto de Magalhães parece ter citado Lyell não por sua teoria, mas pelo fato de ele ter sido testemunha direta do achado arqueológico que interessava a Couto de Magalhães para definir a idade do *tronco americano*.

Ainda assim, a antiguidade do homem americano é grande porque às primeiras emigrações dos Ayres na Europa remonta até a data do período paleolítico da parte oriental daquela região²¹³.

Tendo confirmado a posição do *tronco americano* como o terceiro a ser criado e, conseqüentemente, o penúltimo a desaparecer, Couto de Magalhães segue seu argumento deixando o conhecimento de referência geológica em segundo plano. Ele se volta, então, para o estudo do *tronco americano* pelo conhecimento de suas línguas, pelo qual distinguia dois grupos: o *vermelho*; e o *mestiço*, filho do cruzamento do *vermelho* com o *branco*. A presença de elementos sânscritos no Quíchua, que confirmavam uma *mestiçagem* com os *brancos orientais*²¹⁴ antes da chegada do europeu, e a ausência destes na língua tupi, que tinham outros indícios de cruzamento em tempos imemoriais com o *branco*, levava Couto de Magalhães a deduzir que se tratava de uma subdivisão dos *mestiços* que, por migrações e contatos com as *raças brancas*, teriam se singularizado e diferenciado do *vermelho*. A pergunta que move o autor, no entanto, não é a *origem* do *tronco americano* ou de seus subgrupos, mas: “A que período de civilização haviam atingido esses homens?”²¹⁵. O conhecimento filológico e a referência de estudos geológicos se articulavam, assim, na intenção de medir o *grau de civilização* dos *selvagens*.

A resposta à pergunta citada se constrói pela referência às “raças mais adiantadas da humanidade”, que servem de parâmetro para estabelecer os *períodos* entre os quais os *americanos* deveriam estar. Pelo conhecimento do fogo e desconhecimento dos meios de fundir os metais (conhecimento difundido entre os *selvagens* do Peru) os *nossos selvagens* estariam na *Idade da Pedra*. Assim, se inicia um outro momento do texto onde, embora o assunto ainda seja o período que atingiu a civilização dos *selvagens*, as referências geológicas e filológicas são abandonadas e o *grande sertão interior*, enquanto *laboratório* da antropologia, ganhava substância.

É o que passamos a investigar, detendo-nos do princípio nas diversas aplicações que os *selvagens* faziam do fogo, o que, além de auxiliar-nos no estudo, por que o uso do fogo é o ponto de partida de todos os períodos de civilização, será curioso

²¹³ MAGALHÃES, José Vieira Couto de, 1837-1898. **Ensaio de antropologia: região e raças selvagens**. 36 (47): 393, 1873.

²¹⁴ É notável que, frente ao encontro com o índio, Couto de Magalhães quase desfazia a distância entre o ocidental e o oriental em diferentes pontos de seu argumento.

²¹⁵ *Ibid.*, p. 396.

para o leitor remontar comigo a essa vida rude de nossos selvagens, que eu aprendi a conhecer em longas e demoradas viagens no interior²¹⁶.

Nesse sentido, o autor levava o leitor a um encontro onde perceberia como uso do fogo percorria os *hábitos selvagens* desde a alimentação, a produção de gomas, a caça e a comunicação por sinais de fumaça. Inicia uma exposição sobre os *hábitos* que habilitam os *selvagens* a viver no *sertão*, revivendo com o leitor sua experiência. Nesta intenção, narrou a caçada dos *mussuans*, “espécie de tartaruga de terra firme, pequenas, mas de sabor delicadíssimo”, na qual os *Chambioás* (como nomeou um grupo que encontrou no Araguaia) atearam fogo ao redor do lago onde estavam.

Com efeito esse método de caçar com o fogo é excelente, por quanto, apenas o incêndio começou a ganhar uma certa extensão, os *mussianas* começaram a procurar o lago, onde nós os apanhávamos em abundância e com grande facilidade; dentro em pouco, porém, de envolta com *mussuans*, começaram a vir cobras que, como eles, vinham procurar no lago um asilo contra o fogo – e as cobras, filhos de jacarés e outros répteis, eram tantos que nós os cristãos (*tory* nos chamam) subimos sobre arvores, deixando aos *Chambioás* o resto da caçada²¹⁷.

Destaquemos desse relato da caçada três pontos. Primeiro, a autoridade que o autor afirmava se colocando como testemunha ocular. Segundo, a possibilidade de, pelo relato fidedigno, *remontar* as vivências do autor, transfigurando a distância entre o leitor e o *selvagem*. Apresentasse, nesse sentido, um fragmento do gosto que comentamos no primeiro capítulo, como se o relato verdadeiro, por sua potência metonímica, fosse capaz de transportar o leitor para o contato próximo com o selvagem. Em terceiro, a inadequação dos *cristãos* (ou *torys*) à vida do *sertão*, argumento fundamental na conclusão do **Ensaio**.

O terceiro capítulo, intitulado *o Homem no Brasil*, no entanto, se volta para o *museu* e se distancia do *laboratório*. A dúvida, da qual o autor tenta dar conta nesse capítulo, é conseqüência da periodização que ele mesmo construíra.

A antropologia demonstra que o homem físico passou sempre de um período mais atrasado para um mais adiantado; a história demonstra a mesma coisa a respeito do homem moral. Toda raça que é encontrada no período em que usa metais teve sua idade de pedra. Toda que é encontrada com instrumento de pedra polida teve seu período de instrumentos de pedra lascada²¹⁸.

Nesse sentido, para poder afirmar que o *homem no Brasil* estava no *período da pedra polida* e dominava a *agricultura*, devia provar, por algum

²¹⁶ MAGALHÃES, José Vieira Couto de, 1837-1898. **Ensaio de antropologia: região e raças selvagens**. 36 (47): 397, 1873

²¹⁷ Ibid., p. 402.

²¹⁸ Ibid., p. 408.

vestígio encontrado nesse *museu de história natural*, que esse homem teria vivido o período da *pedra lascada* e teria sido *pastor* (período anterior à agricultura). O problema é que tais vestígios não existiam

nem na coleção do Museu Nacional, nem na do Instituto Histórico, nem nas obras dos viajantes, nem entre mãos de particulares que em S. Paulo, Minas e Pará conservam instrumentos indígenas, nem em minhas viagens, nem em leitos de rios, nem em desmoronamentos de aterros (...) nunca encontrei um só instrumento de pedra lascada, nem mesmo a menção de tais objetos²¹⁹.

A ausência dos vestígios do *hábito pastoril* gerava o mesmo tipo de dúvida, nesse caso, não apenas em Couto de Magalhães. O autor comenta que, na sessão que apresentava parte dessa *memória*, um sócio (que não é nomeado) teria justamente questionado a possibilidade de afirmar que o *homem no Brasil* conhecia a agricultura, pois não existia nenhum vestígio de que esse homem dominasse a atividade pastoril, até porque, dizia o mesmo sócio, no Brasil não havia animais passíveis de serem domesticados. Couto de Magalhães contorna ambas as dúvidas afirmando que o *homem no Brasil* descende de uma população que passou por tais períodos antes de migrar para cá, por isso a inexistência desses vestígios e, assim, recolocando a tese de outro sócio do Instituto²²⁰, resolvia tais problemas.

Dessa discussão três pontos chamam a atenção. Nesse momento, na medida em que o *homem no Brasil* se diferencia do *selvagem* do Peru, que dominava os meios de fundir metais, e assim se singularizava, a distância entre o *selvagem* e o *civilizado* é modificada pela presença de sua nova definição, o *homem no Brasil*. O pertencimento a um território, no entanto, não muda o papel destes no enredo que o autor constrói, pois o *selvagem* permanece passivo e o *civilizado* ativo, tanto na sua definição quanto no revelar de sua idade e futuro.

O segundo ponto, a história do homem por esse evolucionismo (onde todos os *troncos* deveriam experimentar certos períodos) parte de uma medida não mais relacionada com um debate moral (como se dava no Idealismo alemão ou no Iluminismo francês²²¹), pois, ao invés de operar com um sentido histórico (como o

²¹⁹ MAGALHÃES, José Vieira Couto de, 1837-1898. **Ensaio de antropologia: região e raças selvagens**. 36 (47): 408, 1873.

²²⁰ Embora Couto de Magalhães não o cite, Gonçalves Dias havia sugerido tese semelhante em seu *Brasil e Oceania* (t30: 5-192, 1867). C.f. FERREIRA, Lúcio M. **Vestígios de Civilização: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Construção da Arqueologia Imperial (1838-1870)**. Revista de História Regional, Ponta Grossa, v. 4, p. 9-36, 1999.

²²¹ Destacamos que tanto no Idealismo alemão quanto no Iluminismo francês, a razão era pensada frente a uma certa referência moral. Kant, em **O que é Aufklärung?**, comenta duas razões, pública

progresso) que se imbricava com diferentes debates (como as formas de governo²²²), esse evolucionismo tomava como parâmetro a “raça mais adiantada”, logo um singular que se afirmava como referência para a *espécie*, sem, no entanto, tematizar as amplas conseqüências desse argumento²²³. Nesse sentido, a distância entre *evolução* e *progresso* envolve, pelo menos nessa perspectiva, a desvinculação entre a razão e a moral, pois uma vez que o conhecimento da evolução da espécie se dava independente da vontade do homem, anulava-se a possibilidade de uma referência moral na construção desse argumento ou na avaliação de suas conseqüências. Assim, a evolução era percebida por uma operação diferente da crítica comprometida com o progresso.

Como terceiro ponto, a pergunta do sócio no momento em que Couto de Magalhães expunha sua memória dá testemunho do debate em que o autor se envolvia. Um debate que impunha um vocabulário e, nesse caso, um conjunto de referências distintas. O **Ensaio** não se fecha em si, pois a intenção, ainda não exposta, que motivava a sua escrita, teve que se articular por um conjunto de referências independentes ao autor e por isso passava por tantos argumentos. Significa que Couto de Magalhães colocava o *tronco americano* como o terceiro a ser criado e penúltimo a desaparecer, e definia o *homem no Brasil* como estando

e privada, como uma compreensão das formas adequadas de se portar e se atingir o *esclarecimento*. Nesse argumento, um sacerdote, enquanto tal, não poderia duvidar da fé que deveria professar, porém, no espaço público das letras, era possível que o mesmo verificasse e discutisse que sua referência, o texto sagrado, havia sido adulterada pela mão do homem ao longo do tempo. A história organizada por um princípio *apriorístico*, nesse caso, também aponta para mesma relação entre razão e moral, na medida em que sua função era revelar em quais condições o homem desenvolve suas virtudes e converte seus vícios em algo positivo (C.f. KANT, Immanuel. **Idéia de uma historia universal de um ponto de vista cosmopolita**. São Paulo: Martins Fontes, 2003).

²²² Nesse ponto é válido comentar que o juízo sobre o homem e a construção moral por um argumento racional, que mais tarde submeteria a crítica da razão, é anterior à história filosófica. Os primeiros capítulos do *Leviathan* são dedicados a definir o homem em suas potencialidades e tendências. Sendo que é desse conhecimento que se afirma a posição do soberano como responsável por repreender o homem que professasse sua fé publicamente, do contrário o soberano estaria permitindo que esse homem despertasse seu impulso para a guerra mesmo que desejasse a paz. Ao homem caberia, então, professar sua fé apenas em sua casa (C.f. KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês**. Rio de Janeiro: EdUERJ: Contraponto, 1999). Assim, a relação entre moral, entendida como a consciência de quais ações são adequadas ou não ao homem, e a razão, que orienta o indivíduo em sua ação pública, data da própria constituição da esfera pública e da esfera privada. Nas palavras de Habermas: “A esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público” (HABERMAS, Jünger. **Mudança estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, 42.).

²²³ Stephen Gould comenta em diferentes livros e artigos como esse argumento, onde o civilizado ou o branco seria a referência para medir outros homens, teve diferentes faces, onde a objetividade científica eximia o pesquisador da responsabilidade moral de seu argumento. Ver, entre outros, GOULD, Stephen Jay,. **A falsa medida do homem**. São Paulo : Martins Fontes, 1991.

no período da *pedra polida* e conhecendo a agricultura, devido à relevância destes argumentos à época e no IHGB. Relevância que já havia sido esboçada pelas **Lembranças do que devem se remeter ao Instituto os Srs. Sócios Residentes nas Províncias**²²⁴. Seguindo o curso deste debate ainda em conformidade com as **Lembranças** impressas na Revista, Couto de Magalhães se dedicava às *línguas*, nome do quarto capítulo.

“Leibnitz, em uma carta ao Padre Verjus, dizia: *julgo que nada serve tanto para se poder bem julgar da afinidade dos povos como as línguas*. O grande filósofo tinha razão”²²⁵. Assim se inicia o estudo da língua que classifica neste **Ensaio** tanto a idade de um povo, quanto suas afinidades. A idade do homem americano é definida por uma classificação de inspiração filológica (Couto de Magalhães cita Max Müller e Franz Bopp) que divide o homem em três idades, sendo a língua americana particular à segunda idade.

Couto de Magalhães detêm-se, após comentar as línguas americanas em geral, em uma análise do tupi, criticando a idéia de que esta seria uma língua diversa do guarani. Nesse argumento, o falso consenso sobre a distância entre essas línguas se devia às diferentes gramáticas herdadas (especialmente dos jesuítas) que, pela ausência de um alfabeto apropriado para grafar tais línguas, produziam diferentes registros. Assim, as línguas registradas seriam próximas em sua origem, porém foram distorcidas pela falta de um critério comum no momento do registro das gramáticas e vocabulários. A discussão empreendida nesse momento, então, opera com uma filologia distinta da usada para revelar a idade do *homem americano*, pois está em jogo a validade do documento, não um juízo sobre a raça ou sobre a idade desses homens²²⁶.

²²⁴ As **Lembranças** foram comentadas no primeiro capítulo. Vale salientar a proximidade entre os pontos 4º, 5º e, especialmente, o 8º com o argumento de Couto de Magalhães: “8º Amostras dos produtos naturais do país, e de quanto possa servir de prova do estado de civilização, industrias usos e costumes dos habitantes do Brasil e de seus antigos indígenas, como as armas e vestuários destes, suas múmias e sepulturas, reparando-se na posição que ocupavam as mesmas múmias em relação aos pontos cardeais, &c”.

²²⁵ MAGALHÃES, José Vieira Couto de, 1837-1898. **Ensaio de antropologia: região e raças selvagens**. 36 (47): 421, 1873

²²⁶ É digno de nota que o mesmo tipo de crítica foi feita por Barbosa Rodrigues e Visconde de Taunay em dois ensaios (**A língua geral do Amazonas e o Guarany** e **Os índios Caingangs** respectivamente) publicados na edição comemorativa dos cinquenta anos do IHGB. Assim como Couto de Magalhães, esses letrados partiam do encontro com o Outro para comentar sua língua, criticando, dentre outros pontos, o equívoco provocado pela má grafia de suas línguas. Por isso, devemos sublinhar que as diferentes referências evolucionistas e filológicas, conhecidas entre os sócios do IHGB, não cancelavam o gosto pelo vestígio ou a crítica a este. Pelo contrário, a atenção

Importa notar que, no momento em que Couto de Magalhães aproximava o tupi do guarani, ele afirmava a existência de uma *afinidade* entre povos. Assim como em outro momento havia pontuado as proximidades das bacias que circunscreviam a *região selvagem*, reafirmava, agora, que se tratava de um grupo com certas qualidades comuns.

Estes argumentos são claríssimos, mas só podem ser bem avaliados pelas pessoas que entenderem a língua, e isto infelizmente não é vulgar entre nós, o que é de lamentar-se porque, além de ser quase a língua vernácula, é ela o grande veículo para levar civilização e religião a, pelo menos, 500.000 de nossos compatriotas que erra ainda selvagens pelo meio de nossos sertões, à espera de que lhes vamos levar a civilização e o trabalho²²⁷.

Após essa citação, não surpreende que o quinto capítulo, *Raças Selvagens*, tenha como um de seus subtítulos “Raças mestiças (Gaúcho, Caipira, Caburé, Tapuio) como elemento de trabalho. Plano de catequese”. Porém antes de entrar no argumento que destacamos como o ponto central de seu **Ensaio** (a utilidade do mestiço na colonização do interior), Couto de Magalhães define as *raças primitivas e mestiças* por critérios que devem ser comentados. Por características físicas destacava que uma das *raças* mantinha certo padrão no tipo físico, enquanto a outra era inconstante. “Destes fatos resulta: se o atavismo reproduz os tipos de onde veio o cruzamento, segue-se que a raça *abajú* é mestiça e, portanto, um ramo, e a raça *abuana* é primitiva”²²⁸. A constatação da raça mestiça, elogiada por suas competências físicas e intelectuais, se desdobra em um sub-capítulo dedicado aos *cruzamentos recentes*.

Ao tratar desses novos *mestiços* (filhos de brancos e índios e de índios e negros) comenta o surgimento de uma *língua mestiça* a qual reafirma que, algum dia, o *tronco americano* desapareceria sobrevivendo como seu vestígio apenas a língua tupi, isso se alguém a registrasse de forma adequada. A *pobreza* e a *força* desse *língua mestiça* são apresentadas pela análise de algumas quadras, onde o autor opera, literalmente, uma tradução. Assim a quadra “O bicho pediu sertão/ O peixe pediu fundura/ o Homem pediu riqueza/ A mulher a formosura”²²⁹ era traduzida em poesia civilizada como: “A formosura é tão indispensável à mulher e

dada à autenticidade das línguas expostas em gramáticas feitas por jesuítas eram mais recorrentes do que um debate sobre a evolução da língua.

²²⁷ MAGALHÃES, José Vieira Couto de, 1837-1898. **Ensaio de antropologia: região e raças selvagens**. 36 (47): 430, 1873.

²²⁸ Ibid. p. 447.

²²⁹ Ibid., p. 453.

a riqueza ao homem, como para o peixe é indispensável a fundura das águas e para o animal selvagem a vastidão das terras interiores, a que chamamos sertões”²³⁰. Por essa tradução peculiar, o autor introduzia um elemento, *pobre* porém *forte*, que poderia intermediar, em diferentes níveis, o *sertão* e o *civilizado*: o *mestiço*.

Esse ponto se desdobra em outros semelhantes. Destaquemos que a valorização da mestiçagem seria, para Couto de Magalhães, mais que um achado para o entendimento das formas como se construía e evoluía as línguas, e sim um caminho para a expansão da civilização e para o progresso nacional. Por isso, o autor criticava o orçamento à colonização européia que não se justifica, pois o *mestiço* é hábil no trabalho e a mestiçagem não deveria ser temida, uma vez que o *tronco branco* invariavelmente se destacaria sobre o *americano*.

Talvez que com os fatos que passo a expender compreendamos que, ao passo que gastamos quase esterilmente milhões com colonização européia, é triste que figure nossos orçamentos apenas 200 contos para utilizar pelo menos meio milhão de homens já aclimatados e mais próprios, mesmo pelos seus defeitos e atrasos, a arcarem com os miasmas de um clima intertropical como o nosso e com a selvageria de um país quase ainda virgem, onde a raça branca não pode penetrar sem ser precedida por uma outra que arrote e destrua, por assim dizer, a primeira braveza de nossos sertões²³¹.

Dessas colocações, nas quais reafirmava que o branco era inadequado ao sertão, o autor segue para o próximo subcapítulo chamado “raças mestiças como elemento de trabalho”²³². A utilidade do *mestiço* como “elemento de trabalho” parte da constatação (que o autor experimentou no Brasil e nas republicas sul-americanas) de que “o nosso índio não presta a gênero nenhum de trabalho sedentário”²³³. Porém, nas mesmas condições, Couto de Magalhães constatou que, embora não fossem úteis ao trabalho sedentário, eram os índios e os mestiços filhos de índios que sustentavam a atividade pastoril no Brasil e nas repúblicas sul-americanas. A atividade pastoril, seguindo a intenção desse argumento, era apresentada, por diferentes motivos, como ideal para ocupar o interior: ela necessitava de poucos recursos para se iniciar; não necessitava de grande mão-de-obra; utilizava e ocupava vasta extensão de terras; e não necessitava de estradas uma vez que sua produção podia se locomover. A atividade pastoril não seria

²³⁰ MAGALHÃES, José Vieira Couto de, 1837-1898. **Ensaio de antropologia: região e raças selvagens**. 36 (47): 453, 1873.

²³¹ Ibid., p. 454.

²³² Ibid., p. 454.

²³³ Ibid., p. 455.

feita, no entanto, pelos brancos, negros ou por mestiços descendentes desses, pois só os índios ou mestiços de índios seriam capazes de suportar a vida nômade e solitária que a atividade pastoril impõe. Esse argumento se sustenta pelo tempo evolucionista que o autor havia afirmado antes, pois estando em outro *grau de civilização*, o branco jamais seria capaz de se adequar ao sertão e à vida nômade, uma vez que não era possível retroceder a hábitos e estágios ultrapassados.

Se o evolucionismo já sustentava sua proposição, a confirmação se dava pela experiência vivida no sertão. Ao comparar a barraca de um comerciante português e do *tapuio* (mestiço que vivia no norte da Nação e se dedicava especialmente à extração da borracha), o autor mostrava que “o branco, no meio da floresta com os cômodos de sua civilização, é tão miserável como o *tapuio* em nossas cidades com seu arco e flecha”²³⁴. Assim, o estágio atrasado dos mestiços era justamente o que os qualificava para ocupar o interior.

Há de se destacar que a expansão que Couto de Magalhães propunha não atendia apenas a um anseio de ocupar, mas a objetivos econômicos. Em diferentes momentos, ele comenta como a produção da borracha e a pastoril, por sua possível expansão, iriam render lucros ao Império. O aumento da riqueza interna, mais que uma justificava, é um fim de seu argumento. Por isso, seu interesse pelo *mestiço* como *elemento de trabalho*. Entretanto, um assunto ainda faltava para seu argumento se tornar uma proposição e o extermínio dos *selvagens* ser descartado: como *catequizá-lo*, embora criticasse a catequese praticada pelos jesuítas, especialmente por ter visto que os aldeamentos formavam *selvagens viciados*, o autor reafirma esse conceito. Duas referências compõem sua fala: a experiência tida no Colégio Isabel e a “história da humanidade”.

“A história da humanidade dá testemunho de que as transformações dos povos só se dão efetuado aos impulsos de um homem de sua mesma raça”²³⁵. Portanto, a catequese que Couto de Magalhães propunha seria feita em duas fases. A primeira seria feita em um colégio próximo ao Colégio Isabel, onde viu crianças selvagens aprenderem o português e a escrita. A segunda, se daria no retorno desses aos seus antigos lares. A proposição desse letrado não era a de uma ocupação ou aproximação imediata, mas de uma transformação gradual

²³⁴ MAGALHÃES, José Vieira Couto de, 1837-1898. **Ensaio de antropologia: região e raças selvagens**. 36 (47): 460, 1873.

²³⁵ Ibid, p. 464.

promovida pelos próprios selvagens que estudavam nesses colégios. Com o tempo, um colégio central, “espécie de instituição como o colégio de Pedro II”²³⁶, deveria receber os melhores alunos dos colégios periféricos, formando os futuros líderes das comunidades para onde regressariam. Por fim dizia: “sejam indígenas pela língua e sangue, mas que sejam brasileiros e cristãos pelas idéias, sentimentos e educação”²³⁷.

O debate, no qual o autor em seguida se detinha (indo contra um conjunto amplo de argumentos cujos autores não nomeia), era sobre as possíveis conseqüências nocivas da mestiçagem. Os argumentos não diferem do que foi dito. Primeiro, Couto de Magalhães destacava que, sem os mestiços, seria impossível ocupar o interior, uma vez que o branco não sobreviveria no *sertão*. Em segundo, não haveria de se temer uma miscigenação com uma raça fadada à extinção, só que, nesse momento, esse argumento partia de outras referências. O autor citava Santo Agostinho, ao invés de um argumento evolucionista, afirmando que “Deus é tão grande nos arcanos de sua providência, que não permite o mal senão porque dele sabe derivar o bem”²³⁸. Em certa medida, trata-se de um argumento próximo ao da teodicéia de Leibniz²³⁹, no qual, pela mão da providência, os males que se dão no mundo são medidas tomadas para garantir o progresso da humanidade. Assim, o mal só é visto enquanto tal por aqueles incapazes de enxergar o progresso que a providência articulava por ele. Logo, para Couto de Magalhães, aqueles que temem a miscigenação, o faziam por não terem consciência dos meios adequados de promover o progresso, pois se a miscigenação significasse o fim (ao invés do progresso), a providência teria feito dos mestiços seres estéreis como são os filhos de espécies diferentes. Nesse sentido, reafirmava sua posição contra a guerra, argumentando pela virtude da prudência:

Tomemos nós brasileiros essa lição da natureza, e já que somos a maior região física da América, procuremos ser também a maior nação moral, não pela ação do fogo, mas pelos lentos e metódicos trabalhos das artes, da economia e das ciências que são absolutamente incompatíveis com as estéreis glórias das armas,

²³⁶ MAGALHÃES, José Vieira Couto de, 1837-1898. **Ensaio de antropologia: região e raças selvagens**. 36 (47): 464, 1873.

²³⁷ Ibid., p. 464.

²³⁸ Ibid., p. 470.

²³⁹ KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês**. Rio de Janeiro: EdUERJ: Contraponto, 1999.

quer se as alcance em países estrangeiros, quer venham tintas com o sangue de nossos patrícios²⁴⁰.

Se Couto de Magalhães falava de uma moral, no caso civilizada e civilizadora, no último capítulo (*Família e religião selvagem*) esse autor definia o *selvagem* por suas *disposições morais e intuições religiosas*, pois “não são os caracteres físicos e sim os morais que entram como elemento principal em uma boa classificação antropológica”²⁴¹. No que diz respeito ao foco desse trabalho, os comentários sobre a *família e religião selvagem* reafirmam o que vem sendo comentado. Nesse capítulo, o autor novamente critica a documentação produzida pelos jesuítas que, por terem um olhar tendencioso, percebiam os mitos ameríndios como manifestações demoníacas, ao passo que para Couto de Magalhães os mitos e hábitos instituídos deviam ser interpretados pela perspectiva que os criou. Assim, o que os jesuítas nomeavam de *demoníaco*, para esse letrado era a forma pela qual os selvagens se educavam, adquirindo consciência de que não deviam caçar mais que o necessário ou desrespeitar os mais velhos, além de outros que o autor nomeava de *ensinamentos morais*. Os *hábitos e instintos religiosos* reafirmam, por fim, a utilidade dos selvagens para o Império, pois estes já gozavam de uma *moral* e de *um instinto religioso* que deveria ser apenas aprimorado. Há de se destacar aqui que, se ao longo do **Ensaio** o conceito de *raça* não é definido (mantém-se escorregadio como Banton afirma ser comum às teorias raciais do oitocentos), Couto de Magalhães lançava mão tanto das qualidades físicas quanto *morais* para definir e apresentar os *selvagens*. É notável que se as medidas físicas e a idade desses *selvagens* são estabelecidas por critérios cuja referência é o branco civilizado, tanto a *moral*, quanto o *instinto religioso*, são pensados por um procedimento onde a referência deve ser o próprio *selvagem*. Assim, Couto de Magalhães rompia com o princípio evolucionista onde todos os *troncos* devem passar por certos processos, pois o desenvolvimento *moral* não seria evolutivo, mas singular.

Embora Couto de Magalhães passe por um conjunto variado de referências e de argumentos, o **Ensaio** é centrado na utilidade do *selvagem* para o Império.

²⁴⁰ Opus. cit., p. 473.

²⁴¹ MAGALHÃES, José Vieira Couto de, 1837-1898. **Ensaio de antropologia: região e raças selvagens**. 36 (47): 473, 1873

Por isso, mesmo que o argumento evolucionista (em suas diferentes formas) seja uma referência freqüente, seu **Ensaio** está comprometido principalmente com o progresso do Império. Como a distância entre evolução e progresso foi comentada pela desvinculação entre a razão e a moral (pois o conhecimento da evolução da espécie se dava independente da vontade do homem, assim anulava-se a possibilidade de uma referência moral na construção desse argumento ou na avaliação de suas conseqüências), ao dizermos que Couto de Magalhães expunha meios de se promover o progresso, deixamos implícito que a razão com a qual operava não está distante de uma referência moral e, nesse caso, pragmática. Sendo *homem de boa fé*, Couto de Magalhães publicava uma *memória* onde expunha, frente aos sócios do IHGB que a louvaram²⁴², os melhores meios de se promover a colonização do *sertão* garantindo a segurança do território e dos próprios *selvagens*. Afinal, tal colonização seria empreendida pela mão de um colono aclimatado, sem, no entanto, violentar os hábitos deste, pois, não eram apenas por suas potências físicas, mas por suas disposições morais que este homem era capaz de viver e, se educado, prosperar no *sertão*. Como o próprio dizia, ao invés da guerra e do sangue, o Brasil poderia ser uma grande “nação moral”, pois partiria da consciência de que o civilizado, como homem em grau mais adiantado, deve dar “trabalho e civilização” ao *selvagem*. Por isso, no **Apêndice**²⁴³ de seu **Ensaio**, justificava sua empresa tanto pelo benefício do progresso quanto pelo benefício moral, talvez porque, nesse caso, tais referências não pudessem estar separadas²⁴⁴. Se, por essa moral, indicamos um compromisso com o progresso, e assim com o Império, é válido destacar que, como monarquista convicto, após a proclamação da República, Couto de Magalhães retirou-se da vida pública.

²⁴² O Relatório do 1º secretário J. Caetano Fernandes Pinheiro, como de costume apresentado na sessão aniversária do Instituto, elogiava o **Ensaio** com as seguintes palavras: “A experiência que o intrépido explorador do Araguaia tem adquirido em semelhantes materiais serve de penhor da proficuidade de seu plano; Oxalá possa ele encontrar todo o favor nas regiões oficiais e a leal cooperação dos homens de boa vontade” (36 [47]: 612, 1873).

²⁴³ MAGALHÃES, Couto de. **Apêndice mostrando qual é a posição do índio em presença da raça conquistadora**. 36 (47): 509-516, 1873.

²⁴⁴ Nesse **Apêndice**, Couto de Magalhães se dirige a Joaquim Serra dizendo: “o índio é um tesouro de imensa valia para nós” (Ibid., p. 511), assim, além de reafirmar o que vinha sendo dito, apresentava uma razão moral para suas proposições: “Em nossa situação de raça conquistadora, nós que tomamos o solo a esses infelizes, e que os vamos dia a dia apertando mais para os sertões, temos o dever, como cristãos, de arrancá-los da barbaria sanguinolenta em que vivem, para trazê-los a comunhão do trabalho e da sociedade em que vivemos” (Ibid., p. 510).